

**Srs. Acionistas:** Em 03 de maio de 2017 o Banco Central por meio do Ofício 8008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Banco Pecúnia S.A. para a Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimento. A operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de Dezembro de 2017 foi deliberada a alteração da razão social do Banco Pecúnia S.A. para Omni Banco S.A., tal deliberação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 16 de janeiro de 2018 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14 de fevereiro de 2018. Submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais. **Patrimônio Líquido e Resultado:** O Capital Social do Omni Banco S.A. em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 80 milhões (R\$ 80 milhões em 31 de dezembro de 2017) e o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 37.842 milhões (R\$ 10.552 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>851.093</b>	<b>229.011</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	8	323
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5.a	<b>662.539</b>	<b>98.216</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		662.539	98.216
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	<b>318</b>	—
Carteira própria		71	—
Vinculadas a operações compromissadas		247	—
<b>Relações interfinanceiras</b>		<b>267</b>	—
Créditos vinculados		69	—
Relações com correspondentes		198	—
<b>Operações de crédito</b>		<b>173.236</b>	<b>128.687</b>
Setor privado	7	341.347	135.852
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	8	(168.111)	(7.165)
<b>Outros créditos</b>	9.a	<b>10.502</b>	<b>1.621</b>
Outros valores e bens		10.502	1.621
Despesas antecipadas	10	4.223	164
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>532.137</b>	<b>71.942</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5.a	<b>420.319</b>	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros		420.319	—
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	<b>22.205</b>	<b>22.529</b>
Carteira própria		22.205	22.529
<b>Operações de crédito</b>		<b>1.890</b>	<b>2.821</b>
Setor privado	7	5.435	2.970
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	8	(3.545)	(149)
<b>Outros créditos</b>	9.a	<b>83.461</b>	<b>45.731</b>
Diversos		83.461	45.731
<b>Outros valores e bens</b>		<b>4.262</b>	<b>861</b>
Outros Valores e Bens		36	36
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(36)	(36)
Despesas antecipadas	10	4.262	861
<b>Permanente</b>		<b>118</b>	<b>5</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>118</b>	<b>5</b>
Máquinas e equipamentos		118	5
<b>Total do ativo</b>		<b>1.383.348</b>	<b>300.958</b>

Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>459.300</b>	<b>48.878</b>
<b>Depósitos</b>		<b>450.587</b>	<b>47.917</b>
Depósitos a vista		35.041	545
Depósitos interfinanceiros	11.a	127.031	100
Depósitos a prazo	11.a	288.515	47.272
<b>Obrigações por operações compromissadas</b>		<b>247</b>	—
Rescompras a liquidar - carteira própria		247	—
<b>Outras obrigações</b>		<b>8.466</b>	<b>961</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhadas		114	14
Fiscais e previdenciárias	9.b	679	490
Diversas	9.c	7.673	457
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>794.077</b>	<b>161.560</b>
<b>Depósitos</b>		<b>737.230</b>	<b>97.293</b>
Depósitos a prazo	11.a	737.230	97.293
<b>Outras obrigações</b>		<b>56.847</b>	<b>64.267</b>
Fiscais e previdenciárias	9.b	46.957	48.996
Diversas	9.c	9.890	15.271
<b>Resultado de Exercícios Futuros</b>	13	<b>1.619</b>	<b>10</b>
Resultados de exercícios futuros		1.619	10
<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>128.352</b>	<b>90.510</b>
Capital Social de domiciliados no país		80.000	80.000
Ajustes de avaliação patrimonial		(42)	(42)
Reservas de lucros		48.394	10.552
<b>Total</b>		<b>1.383.348</b>	<b>300.958</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo no início do exercício de 2017</b>	<b>555.535</b>	—	—	(13)	(498.116)	<b>57.406</b>
Redução de capital social (498.116)	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital social 22.581	—	—	—	—	—	22.581
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(29)	—	(29)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	10.552	10.552
<b>Destinação do lucro:</b>						
Reserva legal	—	528	—	—	(528)	—
Reserva de lucro	—	—	10.024	—	(10.024)	—
<b>Saldo no fim do exercício de 2017</b>	<b>80.000</b>	<b>528</b>	<b>10.024</b>	<b>(42)</b>	<b>—</b>	<b>90.510</b>
<b>Saldo no início do exercício de 2018</b>	<b>80.000</b>	<b>528</b>	<b>10.024</b>	<b>(42)</b>	<b>—</b>	<b>90.510</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	37.842	37.842
<b>Destinações do lucro:</b>						
Reserva legal	—	1.892	—	—	(1.892)	—
Reserva de lucro	—	—	35.950	—	(35.950)	—
<b>Saldo no fim do exercício de 2018</b>	<b>80.000</b>	<b>2.420</b>	<b>45.974</b>	<b>(42)</b>	<b>—</b>	<b>128.352</b>
<b>Saldo no início do 2º semestre de 2018</b>	<b>80.000</b>	<b>1.456</b>	<b>27.667</b>	<b>(38)</b>	<b>—</b>	<b>109.085</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(4)	—	(4)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	19.271	19.271
<b>Destinações do lucro:</b>						
Reserva legal	—	964	—	—	(964)	—
Reserva de lucro	—	—	18.307	—	(18.307)	—
<b>Saldo no fim do exercício de 2018</b>	<b>80.000</b>	<b>2.420</b>	<b>45.974</b>	<b>(42)</b>	<b>—</b>	<b>128.352</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Omni Banco S.A. (anterior denominação social Banco Pecúnia S.A.) ("Banco" ou "Instituição"), é uma instituição financeira de capital fechado, organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Em 03 de maio de 2017 o Banco Central do Brasil por meio do Ofício 8008/2017, aprovou a transferência da administração do Banco Pecúnia S.A. para a Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimento. A operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de Dezembro de 2017 foi deliberada a alteração da razão social do Banco para Omni Banco S.A., tal deliberação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 16 de janeiro de 2018 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 14 de fevereiro de 2018.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2019.

**3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a. Auração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **d. Ativo circulante e realizável a longo prazo: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil: **I. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **II. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **III. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destinada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida. **e. Outros valores e bens:** • **Despesas antecipadas:** As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com o prazo de fluência dos respectivos contratos. Nos casos em que o prazo de fluência não for determinado, a despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. • **Bens não de uso próprio:** Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes. **f. Permanente: Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança; 20% para sistema de processamento de dados e veículos. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. **h. Passivo circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período. **i. Passivos contingentes e obrigações legais:** Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base nas aliquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. **k. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atenuar, cumulativamente, na forma de redução de impostos, o impacto de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou prejuízos tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

**4. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2018	2017
Disponibilidades	8	323
Aplicações em depósitos interfinanceiros	402.369	98.216
Relações com correspondentes	—	—
Carteira própria	71	—
Vinculadas a operações compromissadas	247	—
<b>Total</b>	<b>402.893</b>	<b>98.539</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

**a. Aplicações em depósitos interfinanceiros:**

Prazo	2018	2017
Até 3 meses	402.369	98.216
A vencer de 3 a 12 meses	260.170	—
A vencer de 1 a 3 anos	398.304	—
A vencer de 3 a 5 anos	22.015	—
<b>Total</b>	<b>1.082.858</b>	<b>98.216</b>

Em 2018 o montante de R\$ 1.082.858 é composto basicamente por R\$ 869.612 de Depósitos interfinanceiros, R\$ 1.995 de Letras Financeiras do Tesouro e R\$ 211.251 de Letras do Tesouro Nacional (R\$ 98.216 em 2017). A avaliação da probabilidade de perda das contingências a ser reconhecidas em operações efetuadas entre partes relacionadas (Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimento e a Omni S.A. Arrendamento Mercantil) é sua atualizada até 137% do CDI em vencimento até dezembro de 2022.

**b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:** Classificadas nas demonstrações de resultados como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
<b>Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:</b>			
Operações bancada	23.157	32.277	5.124
<b>Total</b>	<b>23.157</b>	<b>32.277</b>	<b>5.124</b>

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

**a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado:**

	2018	2017
<b>Títulos e Valores Mobiliários:</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
<b>Carteira Própria</b>	<b>20.749</b>	<b>22.452</b>
Títulos disponíveis para venda	20.749	22.452
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.749	22.452
<b>Quotas de Fundos de investimento</b>	<b>71</b>	<b>71</b>
Quotas de fundos de curto prazo	71	71
<b>Total</b>	<b>20.820</b>	<b>22.523</b>

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", perda no montante de R\$ 42 (R\$ 42 em 2017), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados no B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

**b) Composição por prazo de vencimento**

	2018	2017
<b>Títulos disponíveis para venda</b>		
Até 1 ano	318	—
Acima de 1 ano	22.205	22.529
<b>Total</b>	<b>22.523</b>	<b>22.529</b>

**c) Composição por emissor:**

	2018	2017
<b>Títulos disponíveis para venda</b>		
Privativo - Itai Corp.	71	—
Públicos - Governo federal	22.452	22.529
<b>Total</b>	<b>22.523</b>	<b>22.529</b>

**d) Resultado com títulos e valores mobiliários:**

	2º Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	23.157	32.277	5.124
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	22	35	—
Rendas de aplicação em Letras Financeiras do Tesouro	705	1.424	1.101
<b>Total</b>	<b>23.884</b>	<b>33.736</b>	<b>6.225</b>

**7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**a) Tipo de operação:**

	2018	2017
Empréstimos	173.245	—
Financiamentos	69.345	138.822
<b>Total</b>	<b>242.590</b>	<b>138.822</b>

**b) Composição da carteira por setor de atividade:**

	2018	2017
<b>Setor privado</b>		
Serviços	6.198	—
Pessoas físicas	340.584	138.822
<b>Total</b>	<b>346.782</b>	<b>138.822</b>

Durante o ano de 2018 ocorreu o aumento da carteira de empréstimos, a qual foi alcançada pela aquisição de carteiras adquiridas da Cetelem.

**c) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento:**

	2018	2017
<b>Carteira vencida a partir de 15 dias</b>	1	



Soluções Financeiras

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

Omni Banco S.A.

CNPJ nº 60.850.229/0001-47

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social correntes:

Table with columns for 2018 and 2017, split into IRPJ and CSLL. Rows include 'Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, deduzido do JCP Adições' and 'Exclusões'.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

Table with columns for 2018 and 2017, split into IRPJ and CSLL. Rows include 'Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL Adições temporárias' and 'Total do crédito tributário'.

Em 31 de dezembro de 2018, os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (15%) acumulados, seriam respectivamente R\$ 140.471 (R\$ 109.233 em 2017) e R\$ 84.283 (R\$ 87.386 em 2017), caso as perspectivas para sua recuperação fossem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do Bacen. \*Inclui contratos de financiamento de veículos, baixados para prejuízo, que ainda não cumpriram o prazo de dedutibilidade previsto na Lei 9.430. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na Lei 13.169 em 06 de outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até dezembro de 2018. A variação entre a soma total do crédito tributário de IRPJ/CSLL e o saldo de crédito tributário conforme nota explicativa 9 no valor de R\$ 197.866 é decorrente da consideração de PCLD não constituída anteriormente.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 3.059/02 e 3.355/07 do Bacen e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Table with columns for 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, and Total. Rows include 'Diferenças temporárias' and 'Valor em 31/12/2018'.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores presentes desses créditos tributários montam R\$ 24.893 considerando-se a taxa Selic de 6,5% ao ano. A variação entre o saldo previsto e o crédito tributário total (nota explicativa 9) é impactada pelo ajuste de marcação a mercado - MTM no valor R\$ 35. Na movimentação dos créditos tributários apresentamos a movimentação do ajuste MTM.

d) Movimentação dos créditos tributários:

Table with columns for 31/12/2017, Constituição, Realização, and 31/12/2018. Rows include 'Descrição' and 'Total dos créditos tributários'.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

Table with columns for 2018 and 2017, split into Agility Gestão e Cobrança, Omni Informática, Omni Companhia, Multibens Companhia de Créditos Financeiros, Omni Arrendamento Mercantil, and Omni Crédito, Financiamento e Investimento. Rows include 'Ativo', 'Recursos de aplicações interfinanceiras', 'Outros créditos', 'Passivo', 'Depósitos', 'Recursos de aplicações interfinanceiras', 'Depósito a prazo', 'Outros obrigações', 'Receitas', 'Rendas depósitos interfinanceiros', 'Despesas', 'Despesas com captação', 'Despesas administrativas', and 'Ativo'.

b) Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 251 (R\$ 0 em 2017). A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale-alimentação e refeição). A Instituição não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

c) Saldos com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares) relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo totalizam R\$ 166.806 (R\$ 9.470 em 2017), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 136% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação. O Omni Banco S.A. (anterior denominação social Banco Pecúnia S.A.) efetua o ressarcimento à Omni Crédito e Financiamento e Investimento S.A. referente à estrutura administrativa compartilhada. No exercício de 2018 o montante de despesa a título de ressarcimento é de R\$ 269 (R\$ 133 em 2017). I - Participação acionária: A participação acionária da Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimento (Controladora) no Banco, em 31 de dezembro de 2018, estava assim representada:

Table with columns for 2018 and 2017, split into Participação Acionária % and Ações ordinárias. Rows include 'Participação Acionária %' and 'Ações ordinárias'.

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with columns for 2º Semestre 2018, 2018, and 2017. Rows include 'Despesas de água, energia e gás', 'Despesas de alugueis', 'Despesas de comunicações', 'Despesas de manutenção e conservação de bens', 'Despesas de material', 'Despesas de processamento de dados', 'Despesas de publicações', 'Despesas de seguros', 'Despesas com serviços do sistema financeiro', 'Despesas de serviços de terceiros', 'Despesas de serviços técnicos especializados', 'Despesas de serviços de cobrança', 'Despesas de serviços de consultoria/assessoria', 'Despesas com honorários advocatícios', 'Despesas de transporte', 'Despesas de viagem no país', 'Despesas de depreciação e amortização', 'Outras despesas administrativas', and 'Total'.

18. RECEITA DE SERVIÇOS

Table with columns for 2º Semestre 2018, 2018, and 2017. Rows include 'Recuperação de encargos e despesas', 'Variações monetárias', 'Reversão de provisão com processos trabalhistas/cíveis/fiscais (Nota explicativa nº 12 b)', 'Outras receitas', and 'Total'.

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns for 2º Semestre 2018, 2018, and 2017. Rows include 'Descontos concedidos', 'Despesas com juros e multas', 'Despesas com fraudes', 'Despesas com provisões com processos trabalhistas/fiscais (Nota explicativa nº 12 b)', 'Despesas com provisões com processos cíveis (Nota explicativa nº 12 b)', 'Despesa com provisão para perdas', 'Indenizações cíveis', 'Custo de aquisição de carteiras', 'Outras despesas', and 'Total'.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estado de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito: O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atuando às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nºs 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados. Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados. Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a Omni adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Artigo 5º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusta para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia. Em 31 de dezembro de 2018 o Conglomerado Econômico Financeiro da Omni apresentou índice de Basileia de 13,22% (14,48% em 2017). b) Evento subsequente: A Administração da Instituição declara que não tem conhecimento de nenhum evento subsequente que tenha efeito relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do Omni Banco S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Omni Banco S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

William Gouveia Lima - Contador - CRC 1SP273890/O-0



Charles Domingos de Almeida Contador - CRC PR-039655/O-9